



DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhalsp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 1 de 16

SUMÁRIO	EXPEDIENTE
EXTRATO DE CONTRATO PP 21/2022	2
Aviso de Licitação	2
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	2
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2022	3
Lei nº 1589	3
Lei nº 1590	4
Lei nº 1591	4
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO PP 013/2022	15
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2022 REVOGAÇÃO	15
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 075/2022.	15
AVISO DE LICITAÇÃO	15
AVISO DE LICITAÇÃO	16
AVISO DE LICITAÇÃO	16

O Diário Oficial do Município de Santo Antônio do Pinhal, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Santo Antônio do Pinhal poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.santoantoniopinhalsp.gov.br Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.santoantoniopinhalsp.gov.br/diario-oficial. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Pinhal
CNPJ: 45.701.455/0001-72
Endereço: Av. Min Nelson Hungria, 52
Telefone: (12) 3666-1122

Câmara Municipal Estância Climática Santo Antônio Pinhal
CNPJ: 01.777.888/0001-36
Endereço: R. Dep. Franco Montoro, 23
Telefone: (12) 3666-1377





DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhal.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 2 de 16

EXTRATO DE CONTRATO PP 21/2022

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL; **CONTRATADO:** IAGO NOGUEIRA 41557777896 **OBJETO:** CONTRATAÇÃO OFICINEIROS DO PROJETO MÚSICA MONTANHARTE E ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO JOSÉ RAMOS, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI 8666/93, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTA EDITAL VALOR R\$ 19.900,00 (DEZENOVE MIL E NOVECENTOS REAIS) **DATA DA ASSINATURA:** 20.09.2022; **VIGÊNCIA:** 19.09.2023; **PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 0021/2022.
ANDERSON JOSÉ MENDONÇA
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação

PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2022 AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Pinhal, torna público aos interessados que está aberta a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 56/2022 para **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMÁTICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.** Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10:00 horas do dia 05/10/2022. Local: www.bllcompras.org.br. Edital completo à disposição dos interessados no endereço eletrônico: <https://www.santoantoniopinhal.sp.gov.br>. M maiores informações pelo e-mail: licitacao@pmsap.sp.gov.br ou no Paço Municipal, sito a Rua Ministro Nelson Hungria, nº 52, Centro, Santo Antônio do Pinhal/SP.

ANDERSON JOSÉ MENDONÇA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2022 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL, TORNA PÚBLICA A ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2022, CUJO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. Todas as licitantes foram habilitadas para lance. Após fase de lances foram declaradas vencedoras as empresas: **CIRURGICA UNIÃO LTDA(04063331000121)** com os lotes: 125, 204 e 338 no valor total de R\$1.165,50 (um mil e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos). **PONTUAL COMERCIAL EIRELI(01854654000145)** com o lote: 6 no valor total de R\$5.929,60 (cinco mil e novecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos). **DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES - EIRELI(21504525000134)** com os lotes: 4, 16, 19, 38, 39, 40, 41, 59, 60, 61, 82, 99, 116, 139, 172, 174, 175, 195, 228, 231, 265, 266, 289, 319, 320 e 322 no valor total de R\$36.359,60 (trinta e seis mil e trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos). **DIPROM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MATERIAIS LTDA EPP(16366888000110)** com os lotes: 98, 117, 140, 196, 207 e 306 no valor total de R\$11.451,40 (onze mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos). **EXCELLENCE MEDICAL COMÉRCIO E SERVIÇOS(02608793000151)** com os lotes: 29, 44, 74, 88, 90, 130, 131, 135, 136, 240, 253, 285, 297, 300, 326, 328, 329 e 330 no valor total de R\$35.420,00 (trinta e cinco mil e quatrocentos e vinte reais). **GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI-ME(15250965000100)** com o lote: 128 no valor total de R\$14.000,00 (quatorze mil reais). **LYTS MEDICAL EIRELI(39339845000141)** com o lote: 27 no valor total de R\$52.170,00 (cinquenta e dois mil e cento e setenta reais). **JOSE NERGINO SOBREIRA(63478895000194)** com os lotes: 7, 8, 9 e 10 no valor total de R\$18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais). **DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA(44223526000106)** com os lotes: 20, 91, 92, 93 e 235 no valor total de R\$13.558,50 (treze mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos). **MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI -ME(25341162000114)** com os lotes: 1, 2, 5, 12, 14, 15, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 69, 70, 71, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 111, 112, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 134, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 169, 170, 185, 189, 191, 192, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 232, 233, 238, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 261, 262, 263, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 284, 286, 287, 288, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 301, 302, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 321, 323, 324, 325, 327, 331, 332 e 334 no valor total de R\$217.025,01 (duzentos e dezessete mil e vinte e cinco reais e um centavo). **DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI EPP(26240632000116)** com os lotes: 21, 23, 100, 244, 280, 283, 292, 298 e 299 no valor total de R\$22.897,90 (vinte e dois mil e oitocentos e noventa e sete reais e noventa centavos). **DENTAL SUL AMERICA COMERCIAL LTDA EPP(02375705000119)** com os lotes: 129, 190, 234, 236, 237, 337 e 339 no valor total de R\$18.886,95 (dezoito mil e oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos). **DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI - EPP(11776334000178)** com os lotes: 17, 18, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 141, 142, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 208, 239, 257 e 274 no valor total de R\$105.222,60 (cento e cinco mil e duzentos e vinte e dois reais e sessenta centavos). **PRIORITÁ PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI(29700587000123)** com os lotes: 3, 13, 76, 79, 95, 107, 108, 109, 168, 171, 243, 245, 260 e 333 no valor total de R\$43.056,70 (quarenta e três mil e cinquenta e seis reais e setenta centavos). **FOX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA(28791011000156)** com o lote: 335 no valor total de R\$20.970,00 (vinte mil e novecentos e setenta reais). **BHDENTAL COMERCIAL EIRELI(29312896000126)** com os lotes: 22, 75 e 94 no valor total de R\$17.155,00 (dezessete mil e cento e cinquenta e cinco reais). **MCL COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP(44572364000111)** com os lotes: 150, 151, 152, 153, 154, 155, 164 e 167 no valor total de R\$18.640,00 (dezoito mil e seiscentos e quarenta reais). **MOGI MEDICAL EQUIPAMENTOS LTDA(28199997000170)** com o lote: 96 no valor total de R\$653,60 (seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), e a HOMOLOGAÇÃO da presente licitação para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

ANDERSON JOSÉ MENDONÇA – PREFEITO MUNICIPAL



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Santo Antônio do Pinhal garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.santoantoniopinhal.sp.gov.br Compilado e também disponível em www.santoantoniopinhal.sp.gov.br/diario-oficial.



DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhall.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 3 de 16

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2022

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2022

Processo Adm: Nº 179/2022

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE INSUMOS PARA LABORATÓRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Empresas vencedoras valor total: R\$101.062,49(cento e um mil e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos):**GC LAB DIAGNÓSTICOS LTDA - ME**(20352354000102) com os lotes: 2, 4, 7, 15, 16, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 41, 43, 44, 49, 50 e 53 no valor total de R\$35.535,24 (trinta e cinco mil e quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos).**WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA**(66000787000108) com os lotes: 17, 25, 34, 36, 38 e 45 no valor total de R\$7.977,50 (sete mil e novecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).**CENTERLAB CENTRAL DE LABORATORIOS LTDA**(56036718000192) com os lotes: 10, 13, 14, 40, 46, 47 e 48 no valor total de R\$34.638,70 (trinta e quatro mil e seiscentos e trinta e oito reais e setenta centavos).**CIRURGICA UNIÃO LTDA**(04063331000121) com os lotes: 51 e 52 no valor total de R\$2.716,68 (dois mil e setecentos e dezesseis reais e sessenta e oito centavos).**LABINGA COM. DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA**(04886103000151) com os lotes: 3, 8 e 19 no valor total de R\$3.090,00 (três mil e noventa reais).**INOVARE ACABAMENTO NA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI**(20333980000151) com o lote: 12 no valor total de R\$629,85 (seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos).**C R VIEIRA PRODUTOS HOSPITALARES**(37970604000170) com o lote: 1 no valor total de R\$8.097,00 (oito mil e noventa e sete reais).**MEDICAL CHIZZOLINI LTDA**(25067657000105) com os lotes: 9 e 22 no valor total de R\$1.081,52 (um mil e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos).**DECIO CAMARGO PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS LTDA EPP**(00691555000127) com os lotes: 6, 11, 18, 23, 29 e 42 no valor total de R\$7.296,00 (sete mil e duzentos e noventa e seis reais).

Item deserto:5

SANTO ANTÔNIO DO PINHAL - SP, 21 de setembro de 2022

ROSENI DONIZETE FERREIRA

CONDUTOR DE PROCESSOS

Lei nº 1589

LEI PROMULGADA Nº 1.589, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

“Dispõe sobre denominação de logradouro público do Município de Santo Antônio do Pinhal e dá outras providências”.

RAFAEL ALBERTO DA COSTA DE ANDRADE, Presidente da Câmara Municipal da Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em conformidade com inciso IV do artigo 24 da Lei Orgânica Municipal.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal da Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal, aprovou, o Executivo sancionou nos termos da alínea “b” do artigo 44 e eu promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Denomina-se “CYRA MARIA RABELLO SIQUEIRA” a Rua situada no Centro com a seguinte descrição:

Rua CYRA MARIA RABELLO SIQUEIRA, o acesso tem início ao lado direito da rua Benedito da Costa Manso e dista 160,00m da rua Governador Carvalho Pinto, numa extensão de 300,00 m (trezentos metros) com largura média de 06,00 m (seis metros).

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a adotar as medidas necessárias no sentido de dotar os logradouros de sinalização compatível, comunicando as operadoras de serviços de energia, telefonia, água e esgoto, que atuam no Município sobre a presente denominação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal, aos dezoito dias do mês de setembro de 2022.

Vr. **RAFAEL ALBERTO DA COSTA DE ANDRADE** - Presidente

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal, aos dezoito dias do mês de setembro de 2022.

MILTES LEVINA DE TOLEDO CHIARADIA - Diretora Geral



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Santo Antônio do Pinhal garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.santoantoniopinhall.sp.gov.br Compilado e também disponível em www.santoantoniopinhall.sp.gov.br/diario-oficial.



DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniadopinhal.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 4 de 16

Lei nº 1590

LEI Nº 1.590, DE 21 DE SETEMBRO DE 2.022

“Dispõe sobre a concessão administrativa de uso de espaço no Estádio Maurício Nader e Ginásio Poliesportivo José Pereira Neto, a título oneroso, mediante processo licitatório e dá outras providências.”

ANDERSON JOSÉ MENDONÇA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Pinhal, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em especial a facultada pelo inciso III do parágrafo único do artigo 67 da Lei Orgânica do Município,

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Climática de Santo Antonio do Pinhal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder administrativamente, a quem interessar possa, a título oneroso e mediante processo licitatório, a exploração das lanchonetes no Estádio Maurício Nader e Ginásio Poliesportivo José Pereira Neto, no Centro de Lazer, neste Município, indicado no croqui anexo a esta Lei.

- **1º** - A licitação deverá ser precedida de avaliação prévia, por comissão devidamente designada, para fixação do valor mínimo para propostas.
- **2º** - A concessão de uso deverá ser outorgada a título oneroso, pelo período máximo de 05 (cinco) anos, em caráter intransferível, podendo ser prorrogada por igual período a critério das partes e do interesse público.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo, ainda, autorizado a proceder com a elaboração dos termos e instrumentos que sejam devidos e necessários à formalização da referida concessão.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Pinhal, em 21 de setembro de 2.022.

ANDERSON JOSÉ MENDONÇA - Prefeito Municipal

Lei nº 1591

LEI Nº 1.591, DE 21 DE SETEMBRO DE 2.022

“Institui multas ambientais a empreendimentos e serviços sem o devido de Licenciamento Ambiental ou em desacordo com o mesmo no âmbito municipal e dá outras providências.”

ANDERSON JOSÉ MENDONÇA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Pinhal, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em especial a facultada pelo inciso III do parágrafo único do artigo 67 da Lei Orgânica do Município,

Faço saber que a Câmara Municipal de Santo Antonio do Pinhal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída os Valores de Multas que será lançado em nome do infrator seja ele pessoa jurídica ou física, no caso da não identificação do autor da infração a multa será lançada em nome do proprietário da área em que a infração esteja ocorrendo.

Parágrafo Único - Os valores arrecadados com a instituição multas e com a cobrança de que trata o caput deste artigo serão destinados ao Fundo Municipal de Conservação Ambiental (FUMCAM).

Art. 2º - As Multas Ambientais Municipal têm como fato gerador o efetivo e permanente exercício do poder de polícia administrativa municipal delegada ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba nas diversas fases e procedimentos da fiscalização Ambiental.

Art. 3º - A Multa Ambiental Municipal deverá ser emitida após notificação realizada pelo Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba conforme previsto no protocolo de intenções a contar da notificação do infrator, sendo que o infrator poderá realizar defesa prévia no prazo máximo de 20 dias a contar do recebimento da mesma, após o decorrido desse prazo o Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, comunicará ao setor competente do Município para lançamento de boleto para pagamento.

Parágrafo Único - Caso os valores das multas não serem efetivamente pagas a municipalidade deverá tomar todas e quaisquer providências necessárias para recebimento da mesma.

Art. 4º - O devedor de multa não paga impedirá o infrator de dar continuidade a processo de licenciamento relacionado direta ou indiretamente com a infração.

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 5º - A fiscalização do cumprimento no disposto nesta Lei, nos demais regulamentos e normas pertinentes à matéria ambiental será exercida pelo Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, em



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Santo Antônio do Pinhal garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.santoantoniadopinhal.sp.gov.br Compilado e também disponível em www.santoantoniadopinhal.sp.gov.br/diario-oficial.



DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhal.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 5 de 16

conformidade ao protocolo de intenções, através de seus funcionários credenciados como autoridades ambientais.

Art. 6º - No exercício da ação fiscalizadora ficam assegurados às autoridades ambientais credenciadas a entrada, a qualquer dia ou hora, e a permanência pelo tempo que se tomar necessário, em propriedades públicas ou privadas.

Parágrafo Único - As autoridades ambientais do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, quando obstadas, poderão requisitar força policial para o exercício de suas atribuições em qualquer parte do território municipal

Art. 7º - Compete as autoridades ambientais do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba:

1. Efetuar vistorias, levantamentos e avaliações;
2. Constatar e informar sobre a ocorrência de infrações;
 - Lavrar de imediato o auto de inspeção, fornecendo cópia ao infrator interessado;
1. Lavrar autos de infração ambiental, comunicando a infração cometida e as penalidades pertinentes;
2. Elaborar relatórios técnicos de inspeção, entre outros documentos técnicos;
3. Intimar, por escrito, os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos em local e data previamente determinados;
 - Desenvolver operações de controle aos ilícitos ambientais;
 - Prestar atendimento a acidentes ambientais, encaminhando providências no sentido de sanar os problemas ambientais ocorridos;
1. Exercer outras atividades que lhes forem designadas.
 - **1º** - Após a fiscalização e constatada alguma irregularidade deverá ser elaborado relatório de inspeção com as recomendações referentes às penalidades cabíveis, o qual será encaminhado para abertura de processo administrativo.
 - **2º** - O processo administrativo deve ser encaminhado ao Secretário Executivo do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, para ciência e decisão da penalidade a ser aplicada pelas autoridades ambientais e, caso julgue necessário, esse encaminhará o processo para as Secretarias pertinentes da municipalidade para emissão de parecer.
 - **3º** - Após os trâmites supracitados, o processo deve ser despachado às autoridades ambientais para elaboração dos autos de infrações com suas respectivas penalidades e para acompanhamento do cumprimento das exigências técnicas realizadas.
 - **4º** - Sempre que for constatado crime ambiental no município, independentemente da competência do órgão fiscalizador, o caso deverá ser encaminhado ao Ministério Público a fim de apurar a infração na esfera penal.
 - **5º** - Após a definição de valores das multas e passado o tempo de recursos o Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba através de seu Secretário Executivo, encaminhará ao setor competente para elaboração de boleto de multa e tomar as medidas cabíveis para sua cobrança.

Art. 8º - O auto de infração lavrado em 3 (três) vias deverá conter:

1. Identificação da pessoa física ou jurídica autuada e do seu respectivo RG, CPF ou CNPJ;
2. O ato, fato ou omissão que resultou na infração;
- O local do cometimento da infração;



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil,
em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001.
O Município de Santo Antônio do Pinhal garante a autenticidade deste documento,
desde que visualizado através do site www.santoantoniopinhal.sp.gov.br
Compilado e também disponível em www.santoantoniopinhal.sp.gov.br/diario-oficial.



DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhall.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 6 de 16

1. A norma legal em que se fundamenta a infração;
2. A penalidade aplicada e, quando for o caso, o prazo para correção da irregularidade e das exigências técnicas;
3. Nome e assinatura da autoridade autuante.

Parágrafo Único - O autuado tomará ciência do auto de infração, bem como do auto de inspeção de que trata o inciso III e IV, do artigo 7º desta Lei, através de uma das seguintes formas:

1. Pessoalmente ou por seu representante legal ou preposto;
2. Por carta registrada ou com "Aviso de Recebimento" (AR);
- Por publicação na Imprensa Oficial do Município.

DAS INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 9º- Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária:

1. A disposição de resíduos sólidos diretamente no solo e/ou a céu aberto, ou qualquer outra forma que cause dano ambiental ou risco à saúde pública;
2. Matar, perseguir, caçar, apanhar, coletar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente ou em desacordo com a obtida;
 - Destruir, danificar ou modificar ninho, abrigo ou criadouro natural da fauna silvestre;
1. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos;
2. Vender ou ter em cativeiro animais silvestres sem a devida licença ou em desacordo com a mesma;
3. Cortar, realizar poda drástica ou danificar árvores e arbustos nativos ou exóticos sem a devida autorização ambiental;
 - Intervir em Área de Preservação Permanente sem a devida autorização ambiental;
 - Destruir ou danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, objeto de especial preservação, sem autorização ou licença da autoridade ambiental competente;
1. Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação nativa em áreas especialmente protegidas, área de preservação permanente, reserva legal ou demais locais cuja regeneração tenha sido indicada pela autoridade ambiental competente;
2. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade;
3. Lançar efluentes domésticos ou industriais em via pública ou diretamente sobre corpos d'água sem o devido tratamento e licenças cabíveis;
- Deixar de segregar resíduos sólidos na forma estabelecida para o Programa de Coleta Seletiva;



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil,
em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001.
O Município de Santo Antônio do Pinhal garante a autenticidade deste documento,
desde que visualizado através do site www.santoantoniopinhall.sp.gov.br
Compilado e também disponível em www.santoantoniopinhall.sp.gov.br/diario-oficial.



DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhal.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 7 de 16

- Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território municipal, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes;
 - Deixar de comunicar ao Consórcio Público Agência Vale do Paraíba, qualquer alteração na titularidade do empreendimento ou atividade, bem como em seus equipamentos, sistemas ou instalações;
1. Desativar ou suspender empreendimento ou atividade, sujeito ao licenciamento ambiental, sem prévia comunicação ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba ou deixar de promover as devidas medidas aprovadas no licenciamento;
- Deixar de atender a exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pelo Consórcio Público Agência Vale do Paraíba no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental;
 - De impedimento, dificuldade ou embaraço à fiscalização do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba;
 - Não firmar quando notificado pelo Consórcio Público Agência Vale do Paraíba, Termo de Ajustamento de Conduta ou descumprir, no todo ou em parte, as condições e prazos previstos nesse documento ou em TCRA assinado com o Consórcio Público Agência Vale do Paraíba;
 - Utilizar-se do fogo como método facilitador de capinação e/ou limpeza de terrenos, queimar resíduos perigosos e não perigosos ou provocar incêndios em matas, florestas e/ou demais formas de vegetação nativa em qualquer estágio de desenvolvimento;
1. A inobservância dos preceitos estabelecidos pela legislação ambiental;
- O fornecimento de informações incorretas ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba ou em caso de falta de apresentação das mesmas, quando devidas;
 - Que resulte em risco ou em efetiva poluição ou dano ambiental.
 - **1º** - Responderá pela infração a pessoa física ou jurídica que, comprovadamente, por qualquer modo a cometer ou concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.
 - **2º** - No caso do inciso VI deste artigo, deverá ser firmado Termo de Ajuste de Conduta prevendo o plantio do dobro de mudas ou a doação do triplo de mudas exigidas no processo ordinário de licenciamento ambiental para supressão de exemplares arbóreos, conforme alternativa locacional e entendimento técnico.
 - **3º** - Em relação à infração prevista nos incisos VII, VIII e IX, deste artigo, deverá ser firmado Termo de Ajuste de Conduta prevendo a regularização da intervenção sem autorização.

Art. 10 - Para aplicação das penalidades referentes às infrações a esta Lei serão considerados:

1. A intensidade do dano, efetivo ou potencial;
 2. As circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- Os antecedentes do infrator;
1. A capacidade econômica do infrator.
- **1º**- Constituem circunstâncias atenuantes:



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Santo Antônio do Pinhal garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.santoantoniopinhal.sp.gov.br Compilado e também disponível em www.santoantoniopinhal.sp.gov.br/diario-oficial.



DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhal.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 8 de 16

1. Ter procurado, de modo efetivo e comprovado, evitar ou atenuar as consequências danosas do fato, ato ou omissão;
 - Comunicar, imediatamente, ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, a ocorrência de fato, ato ou omissão que coloque ou possa colocar em risco o meio ambiente;
1. Ser o infrator primário e a falta cometida pouco significativa para o meio ambiente.
 - 2º- Constituem circunstâncias agravantes:
 1. Ter cometido, anteriormente, infração a qualquer legislação ambiental;
 2. Prestar informações inverídicas, alterar dados técnicos ou documentos;
 - Prolongar o atendimento dos agentes credenciados do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba por ocasião de inspeção à fonte de poluição ou de degradação ambiental ou impedir a fiscalização;
 - 1. Deixar de comunicar, de imediato, ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, a ocorrência de fato, ato ou omissão que coloque ou possa colocar em risco o meio ambiente;
 - 2. Ter a infração, consequências graves para o meio ambiente ou causar risco ou danos à saúde pública;
 - 3. Deixar de atender, de forma reiterada, as exigências do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba;
 - Adulterar produtos, matérias-primas, equipamentos, componentes e combustíveis ou utilizar artifícios e processos que provoquem o aumento da emissão de poluentes ou prejudiquem a correta avaliação dos níveis de emissão;
 - Cometer infrações com impacto direto ou indireto em áreas legalmente protegidas instituídas pelo poder público, como Áreas de Proteção de Mananciais e Áreas de Preservação Permanente;
 - 1. Cometer infrações com impacto sobre qualquer espécie da fauna e da flora ameaçada ou em perigo de extinção;
 - 2. Cometer infrações à noite, aos sábados, domingos ou feriados.
 - 3. Empregar métodos cruéis para abate ou captura de animais.

Art. 11 - Após a aplicação de auto de infração o infrator terá o prazo de 20 (vinte) dias corridos para apresentação de recurso e prazo específico, definido pela autoridade ambiental, para correção das irregularidades e a regularização do empreendimento ou atividade.

- 1º- O infrator poderá solicitar a prorrogação do prazo para a correção da irregularidade ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, antes de vencido o prazo anterior, que poderá concedê-la mediante a fundamentação apresentada.
- 2º- A concessão de prazo para correção da irregularidade ambiental não isentará, o infrator das penalidades previstas em lei.
- 3º- Das decisões que concederem ou negarem prorrogações de prazo, será dada ciência ao infrator.

Art. 12 - A constatação da ocorrência de infração ambiental poderá ser feita por qualquer instrumento tecnicamente adequado, por meio de amostragens e análises, ou na insuficiência destas, com base em literatura técnica, tendo em vista as características da fonte de poluição e do estudo dos sistemas de controle, quando existentes, entre outros meios.

DAS PENALIDADES



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Santo Antônio do Pinhal garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.santoantoniopinhal.sp.gov.br Compilado e também disponível em www.santoantoniopinhal.sp.gov.br/diario-oficial.



DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhal.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - n° 162

Página 9 de 16

Art. 13 - A pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que infringir qualquer dispositivo desta Lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, fica sujeita às seguintes penalidades, independente da reparação do dano ou de outras sanções civis ou penais:

1. Advertência;
2. Multa simples e diária;
 - Apreensão e destruição ou inutilização do produto objeto da infração ou impedimento da prestação do serviço;
1. Suspensão total ou parcial das atividades, até a correção das irregularidades;
2. Suspensão de fabricação e venda do produto;
3. Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;
 - Embargo da obra ou atividade;
 - Demolição da obra ou estabelecimento;
1. Cassação da licença concedida;
2. Proibição de contratar com a Administração Pública pelo período de até 03 (três) anos.
 - **1º**- As multas simples poderão ser convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, a critério do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, conforme disposto no § 4º do artigo 72, da Lei Federal nº. 9605/1999 e seção 7, Capítulo II do Decreto Federal 6514/2008, da Lei Federal nº 9.605/1998 e seção VII, capítulo II do Decreto Federal nº 6.514/2008.
 - **2º**- Será realizada análise dos atenuantes e agravantes da infração ambiental para a aplicação de uma ou mais penalidades listadas neste artigo, a critério do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba.

Art. 14 - Ficam estabelecidas as seguintes multas:

1. A disposição de resíduos sólidos diretamente no solo e/ou a céu aberto, ou qualquer outra forma que cause dano ambiental ou risco à saúde pública:

Multa: R\$ 200,00 (duzentos reais) a 100.000,00 (cem mil reais).

1. Matar, perseguir, caçar, apanhar, coletar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida; ou destruir, danificar ou modificar ninho, abrigo ou criadouro natural da fauna silvestre:

Multa: R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante em listas oficiais estaduais e federais, de risco ou ameaça de extinção e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por indivíduo de espécie constante em listas oficiais de risco ou ameaça de extinção.

- Destruir, danificar ou modificar ninho, abrigo ou criadouro natural da fauna silvestre:

Multa: R\$ 500,00 (quinhentos reais) no caso de espécie não constante em listas oficiais estaduais e federais, de risco ou ameaça de extinção e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no caso de espécie constante em listas oficiais de risco ou ameaça de extinção.

1. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:





DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhall.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 10 de 16

Multa: R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais) por indivíduo.

1. Vender ou ter em cativeiro animais silvestres sem a devida licença ou em desacordo com a mesma:

Multa: R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante em listas oficiais estaduais e federais, de risco ou ameaça de extinção e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por indivíduo de espécie constante em listas oficiais estaduais e federais, de risco ou ameaça de extinção.

1. Cortar, anelar, realizar poda drástica ou danificar de forma grave árvores e arbustos nativos ou exóticos isolados sem a devida autorização ambiental:

Multa: R\$ 600,00 (seiscentos reais) por unidade arbórea.

- Intervir em Área de Preservação Permanente sem a devida autorização ambiental:

Multa: R\$20,00 (vinte reais) por m² (metro quadrado) de intervenção.

- Destruir ou danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, objeto de especial preservação, sem autorização ou licença da autoridade ambiental competente

Multa: R\$20,00 (vinte reais) por m² (metro quadrado) de intervenção.

1. Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação nativa em áreas especialmente protegidas, área de preservação permanente, reserva legal ou demais locais cuja regeneração tenha sido indicada pela autoridade ambiental competente:

Multa: R\$20,00 (vinte reais) por m² (metro quadrado) de intervenção.

1. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade:

Multa: R\$: 5.000 (cinco mil reais) a 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

1. Lançar efluentes domésticos ou industriais em via pública ou diretamente sobre corpos d'água sem o devido tratamento e licenças cabíveis:

Multa: R\$: 5.000 (cinco mil reais) a 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

- Deixar de segregar resíduos sólidos na forma estabelecida para o Programa de Coleta Seletiva;

Multa: R\$ 200,00 (duzentos reais) a 100.000,00 (cem mil reais).

- Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território municipal, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Multa: R\$ 500,00 (quinhentos reais) a 1.000.000,00 (um milhão de reais).

- Deixar de comunicar, ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, qualquer alteração na titularidade do empreendimento ou atividade, bem como em seus equipamentos, sistemas ou instalações, se o fato não caracterizar infração mais grave:

Multa: R\$ 600,00 (seiscentos reais).

1. Desativar ou suspender empreendimento ou atividade, sujeito ao licenciamento ambiental, sem prévia comunicação ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba ou deixar de promover as devidas medidas aprovadas no licenciamento:





DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhall.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 11 de 16

Multa: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

- Deixar de atender a exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pelo Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental:

Multa: R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

- Impedir ou dificultar a atuação dos agentes credenciados pelo Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, na fiscalização ou vistoria de empreendimentos ou atividades:

Multa: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

- Não firmar Termo de Ajustamento de Conduta quando notificado pelo Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, não apresentar Plano de Recuperação Ambiental, não efetuar a recuperação ambiental prevista ou não cumprir as exigências do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental:

Multa: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e Multa Diária de 10% (dez por cento) do valor da multa simples, até o efetivo cumprimento das exigências técnicas estabelecidas pelo Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba.

- Utilizar-se do fogo como método facilitador de capinação e/ou limpeza de terrenos, queimar resíduos perigosos e não perigosos ou provocar incêndios em matas, florestas e/ou demais formas de vegetação nativa em qualquer estágio de desenvolvimento:

Multa: De R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 1.000,00 (mil reais).

1. O fornecimento de informações incorretas ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba ou em caso de falta de apresentação das mesmas, quando devidas:

Multa: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

- **1º-** Sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo, deverá ser aplicada multa diária de até no máximo 10% (dez por cento) do valor da multa simples aplicada, até sua efetiva cessação ou regularização da situação.
- **2º-** Aplica-se a mesma penalidade, descrita no inciso XIII, a quem der início a empreendimento ou atividade antes da obtenção da respectiva Licença e/ou Autorização Ambiental ou executá-los em desconformidade com a legalmente obtida.
- **3º-** No caso de realização de poda drástica, deverá ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o infrator e o Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, estabelecendo o prazo de 90 (noventa) dias para que seja avaliada pelo técnico do órgão ambiental municipal a possibilidade de o exemplar voltar a desenvolver suas funções ecológicas, ambientais e paisagísticas, caso o exemplar não volte a desenvolver tais funções, o infrator deverá realizar o pagamento integral do valor disposto no inciso VI deste artigo; do contrário, será aplicada a penalidade de advertência.
- **4º-** No caso da infração descrita no inciso XIX deste artigo, a penalidade de multa será aplicada em dobro nos casos de reincidência e nos casos em que a queimada ocorrer em Área de Preservação Permanente ou outras áreas ambientalmente protegidas, sem prejuízo das demais responsabilidades cíveis e penais previstas na legislação em vigor.

Art. 15 - As penalidades podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

Art. 16 - A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções.

Parágrafo Único - Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

Art. 17 - O valor máximo da multa previsto poderá ser aumentado até o dobro, se a penalidade inicial se mostrar ineficaz, se houver reincidência, se a infração se der em Área de Preservação Permanente ou outra área ambientalmente protegida de acordo com a legislação em vigor, ou quando houver grave ocorrência de danos ao meio ambiente ou a saúde humana;

Art. 18 - No caso de infrações pouco significativas ao meio ambiente, cometidas por microempresa, micro empreendedor individual, aposentado, pensionista ou agricultor familiar, o valor da multa poderá ser reduzido, a critério do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, até um quinto, desde que a infração não tenha sido cometida em áreas legalmente protegidas.

Art. 19 - Em caso de necessidade de cancelamento da multa por deferimento de recurso interposto pela parte interessada, deverá o servidor público responsável pela atuação, efetuar o cancelamento, informando a





DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhal.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 12 de 16

Art. 21. As sanções indicadas nos incisos III a X, do artigo 10 desta Lei serão aplicadas quando o produto, obra, atividade ou estabelecimento não estiverem obedecendo às determinações legais ou regulamentares, independentemente da aplicação das demais penalidades.

Art. 22. Sem prejuízo da aplicação das penalidades, a regularização do empreendimento ou atividade, nos termos das exigências desta Lei, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, findo o qual será aplicada multa diária.

Parágrafo único - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das que, por força de lei, possam também ser impostas por autoridades federais ou estaduais.

Art. 23. A pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que infringir qualquer disposição desta Lei ou normas dele decorrentes, fica sujeita a imposição de penalidades, independente da obrigatoriedade de reparação do dano e de outras sanções administrativas, cíveis ou penais.

Art. 24. O infrator, através de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na lei, será obrigado a reparar o dano ambiental realizado com base em Plano de Recuperação Ambiental (PRA) elaborado por um profissional tecnicamente qualificado, às custas do infrator e aprovado pelo Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba.

Parágrafo Único - Caso o TAC exija apenas o plantio compensatório em área inferior ou igual a 1.000 m², a apresentação do Plano de Recuperação Ambiental (PRA) poderá ser dispensada, sendo obrigatória a apresentação de relatório descritivo e fotográfico, comprovando a execução do plantio e o atendimento das exigências realizadas.

DO PROCEDIMENTO DE CONVERSÃO DE MULTA SIMPLES EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO, MELHORIA E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE

Art. 25. O Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba poderá, nos termos do que dispõe a seção VII, capítulo II do Decreto Federal nº 6.514/2008, converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 26. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, as ações, as atividades e as obras incluídas em projetos com, no mínimo, um dos seguintes objetivos:

1. Recuperação;
 2. De áreas degradadas para conservação da biodiversidade e conservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;
 3. De processos ecológicos essenciais;
 4. De vegetação nativa para proteção; e
 5. De áreas de recarga de aquíferos;
 6. Proteção e manejo de espécies da flora nativa e da fauna silvestre;
- Monitoramento da qualidade do meio ambiente e desenvolvimento de indicadores ambientais;
1. Mitigação ou adaptação às mudanças do clima;
 2. Manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a conservação, a proteção e a recuperação de espécies da flora nativa ou da fauna silvestre e de áreas verdes urbanas destinadas à proteção dos recursos hídricos;
 3. Educação ambiental;

Art. 27. Não caberá conversão de multa para reparação de danos decorrentes das próprias infrações.

Art. 28. O autuado deverá requerer a conversão de multa por ocasião da apresentação da defesa.

Art. 29. O autuado, ao pleitear a conversão de multa, deverá optar:

1. Pela implementação, por seus meios, de serviço de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, no âmbito de, no mínimo, um dos objetivos previstos nos incisos I a VI do caput, do artigo 26; ou
 2. Pela adesão a projeto previamente selecionado pela Consórcio Público Agência Ambiental Vale do Paraíba;
- 1º- Na hipótese prevista no inciso I do caput, o autuado respeitará as diretrizes definidas pelo Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, o qual poderá admitir a participação de mais de um autuado na elaboração e na execução do projeto.





DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhal.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 13 de 16

- **2º-** Na hipótese prevista no inciso II do caput, o autuado outorgará poderes ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba para escolha do projeto a ser contemplado.

Art. 30 - O valor dos custos dos serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente será igual ou superior ao valor da multa convertida.

Parágrafo único - Independentemente do valor da multa aplicada, o autuado fica obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

Art. 31 - O requerimento de conversão de multa na modalidade prevista no inciso I e II, do caput do Artigo 29 será instruído com o projeto, conforme as diretrizes estabelecidas pela Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba.

- **1º-** Na hipótese de o autuado não dispor de projeto na data do requerimento, o Secretário Executivo do Consórcio Público do Vale do Paraíba, se provocado, poderá conceder prazo de até trinta dias para que o autuado apresente o documento referido.
- **2º-** Antes do Conselho Fiscal e Controle Social do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba decidir sobre o pedido de conversão de multa, o Secretário Executivo, poderá determinar ao autuado que proceda, em prazo predefinido, as emendas, revisões e ajustes no projeto, inclusive com o objetivo de adequá-lo ao valor consolidado da multa a ser convertida.
- **3º-** O não atendimento por parte do autuado das situações previstas neste artigo implicará o indeferimento do pedido de conversão de multa.

Art. 32. Por ocasião do julgamento do auto de infração, o Conselho Fiscal e Controle Social do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, deverá, em decisão única, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

- **1º-** O CONSELHO FISCAL E CONTROLE SOCIAL DO CONSÓRCIO PÚBLICO AGÊNCIA AMBIENTAL DO VALE DO PARÁIBA considerará as peculiaridades do caso concreto, os antecedentes do infrator e o efeito dissuasório da multa ambiental, e poderá, em decisão motivada, deferir ou não o pedido de conversão formulado pelo autuado, observado o disposto no Artigo 25.
- **2º-** Na hipótese de deferimento do pedido de conversão, o Secretário Executivo, notificará o autuado para comparecer ao Consórcio Público Agência Vale do Paraíba para a assinatura do Termo de Compromisso de que trata o Artigo 31.

Art. 33 - Na hipótese de decisão favorável ao pedido, as partes celebrarão Termo de Compromisso, que estabelecerá os termos da vinculação do autuado ao objeto da conversão de multa pelo prazo de execução do projeto aprovado ou de sua cota-parte no projeto escolhido pelo Consórcio Público Agência Vale do Paraíba.

- **1º-** O Termo de Compromisso conterá as seguintes cláusulas obrigatórias:

I - Nome, qualificação e endereço das partes compromissadas e de seus representantes legais;

II - Serviço ambiental objeto da conversão;

III - Prazo de vigência do compromisso, que será vinculado ao tempo necessário à conclusão do objeto da conversão que, em função de sua complexidade e das obrigações pactuadas, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de dez anos, admitida a prorrogação, desde que justificada;

IV - Multa a ser aplicada em decorrência do não cumprimento das obrigações pactuadas;

V - Descrição dos efeitos do descumprimento parcial ou total do objeto pactuado;

VI - Reparação dos danos decorrentes da infração ambiental,

VII - Foro competente para dirimir litígios entre as partes.

- **2º-** Na hipótese da conversão prevista no inciso I do caput do Artigo 33, o termo de compromisso conterá:

1. A descrição detalhada do objeto;

2. O valor do investimento previsto para sua execução;

- As metas a serem atingidas; e

1. O anexo com plano de trabalho, do qual constarão os cronogramas físico e financeiro de implementação do projeto aprovado.





DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniadopinhal.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 14 de 16

- **3º-** Na hipótese da conversão prevista no inciso II do caput do Artigo 33, o termo de compromisso deverá:
 1. Ser instruído com comprovante de depósito integral ou de parcela em conta garantia em banco público, referente ao valor do projeto selecionado ou à respectiva cota-parte de projeto, nos termos definidos pelo Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba;
 2. Conter a outorga de poderes do atuado ao Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba para a escolha do projeto a ser apoiado;
- Contemplar a autorização do infrator ao banco público, detentor do depósito do valor da multa a ser convertida, para custear as despesas do projeto selecionado;
 1. Prever a inclusão da entidade selecionada como signatária e suas obrigações para a execução do projeto contemplado; e
 2. Estabelecer a vedação do levantamento, a qualquer tempo, pelo atuado ou pelo Consórcio Público Agência Vale do Paraíba, do valor depositado na conta garantia, na forma estabelecida no inciso I.
- **4º-** A assinatura do termo de compromisso suspende a exigibilidade da multa aplicada;
- **5º-** A celebração do termo de compromisso não põe fim ao processo administrativo e o Consórcio Público Agência ambiental do Vale do Paraíba monitorará e avaliará, a qualquer tempo, o cumprimento das obrigações pactuadas.
- **6º-** A efetiva conversão da multa se concretizará somente após a conclusão do objeto, parte integrante do projeto, a sua comprovação pelo executor e a aprovação pelo Consórcio Público Agência Vale do Paraíba.
- **7º-** O termo de compromisso terá efeito nas esferas civil e administrativa.
- **8º-** O inadimplemento do termo de compromisso implica:
 1. Na esfera administrativa, o Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba solicitará ao setor competente da municipalidade a inscrição imediata do débito em dívida ativa para cobrança da multa resultante do auto de infração em seu valor integral, acrescido dos consectários legais incidentes;
 2. Na esfera civil, a execução judicial imediata das obrigações pactuadas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.
- **9º-** Os recursos depositados pelo atuado na conta garantia referida no inciso I do § 3º estão vinculados ao projeto e assegurarão o cumprimento da sua obrigação de prestar os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 34 - A conversão da multa não poderá ser concedida novamente ao mesmo infrator durante o período de cinco anos, contados da data da assinatura do termo de compromisso.

Art. 35 - Fica o Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, autorizado a determinar medidas emergenciais a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade em caso grave ou iminente risco para vidas humanas ou recursos ambientais.

Parágrafo Único - Para a execução das medidas de emergência de que trata este artigo, poderá ser reduzida ou impedida a atividade de qualquer fonte poluidora na área atingida pela ocorrência durante o período crítico, respeitadas as competências da União e do Estado.

Art. 36 - Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização de um empreendimento ou atividade, conforme o caso, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada, conforme dispõe a Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011.

- **1º-** Nos casos de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade ambiental, o Consórcio Público Agência Ambiental, mesmo que não seja de sua competência, deverá determinar medidas para evitá-la, fazer cessá-la ou mitigá-la, comunicando o órgão competente para as providências cabíveis.
- **2º-** O disposto no caput deste artigo não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor, prevalecendo o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização a que se refere o caput.





DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhall.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - nº 162

Página 15 de 16

Art. 37 - A expedição e liberação de Alvarás de Funcionamento, Autorização, Aprovação e Execução, bem como de qualquer outra licença municipal para empreendimentos ou atividades sujeitas ao licenciamento ambiental municipal, nos termos da legislação, dependerá da apresentação da respectiva Licença e/ou Autorização Ambientais expedidas pelo Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba.

Parágrafo Único - As respectivas Certidões de Uso de Solo para os empreendimentos ou atividades a que se refere o caput deste artigo deverão conter esclarecimentos quanto ao cumprimento da licença ou autorização emitida.

Art. 38 - Os casos omissos deverão ser deliberados pelo Conselho Fiscal e Controle Social, mediante relatório prévio emitido pelo Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba.

Art. 39 - No caso de alteração da denominação ou extinção do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba, automaticamente assume a responsabilidade o representante municipal integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, ou novo órgão municipal ambiental criado por lei.

Art. 40 - A legislação estadual e federal será aplicada sempre que a legislação municipal não for efetiva ou não dispuser sobre determinado assunto da seara ambiental.

Art. 41 - Os valores estabelecidos nesta Lei serão atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou qualquer outro índice que venha a ser adotado pela Administração Pública.

Art. 42 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Pinhal, em 21 de setembro de 2022.

ANDERSON JOSÉ MENDONÇA - Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO PP 013/2022

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL; CONTRATADO RBR CONSULTORIA EVENTOS ESPORTIVOS LTDA OBJETOREGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPORTIVOS E RECREATIVOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTSAL E VÔLEI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL; VALOR: R\$ 159.000,00 (CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL REAIS). DATA DA ASSINATURA: 21.09.2022; VIGÊNCIA: 12 MESES; PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº.013/2022.

ANDERSON JOSÉ MENDONÇA
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2022 REVOGAÇÃO

PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2022 REVOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Pinhal, torna público aos interessados que foi revogada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 16/2022, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO (VALE ALIMENTAÇÃO), EM FORMATO DE CARTÃO ELETRÔNICO, MAGNÉTICO OU OUTROS DE TECNOLOGIA SIMILAR, EQUIPADOS COM CHIP ELETRÔNICO DE SEGURANÇA, PERSONALIZADOS, MUNIDOS DE SENHA DE ACESSO A SER UTILIZADO PELOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA PREFEITURA DESTE MUNICÍPIO, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CREDENCIADOS (HIPERMERCADOS, ATACADITAS, REDES DE SUPERMERCADOS, PADARIAS, ARMAZÉNS, AÇOUQUES E SIMILARES), EM QUANTIDADES E FREQUÊNCIA VARIÁVEIS, PELO PERÍODO ESTIMADO DE 12 (DOZE) MESES, por motivo de avaliação da Medida Provisória nº 1.108/22. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@pmsap.sp.gov.br ou no Paço Municipal, sito a Rua Ministro Nelson Hungria, nº 52, Centro, Santo Antônio do Pinhal/SP.

ANDERSON JOSE MENDONÇA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA Nº 075/2022.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL; CONTRATADO: JMA SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA-ME OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA E SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA VIRADA CULTURAL PARA OS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2022, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA. VALOR R\$ 46.200,00 (QUARENTA E SEIS MIL E DUZENTOS REAIS) DATA DA ASSINATURA: 21.09.2022; VIGÊNCIA: 21.03.2023; PROCESSO: DISPENSA Nº 0075/2022.

ANDERSON JOSÉ MENDONÇA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Santo Antônio do Pinhal garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.santoantoniopinhall.sp.gov.br Compilado e também disponível em www.santoantoniopinhall.sp.gov.br/diario-oficial.



DIÁRIO OFICIAL MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL

www.santoantoniopinhall.sp.gov.br

Quarta-feira, 21 de setembro de 2022

Ano 2022 - n° 162

Página 16 de 16

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 187/2022 - PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 029/2022

A comissão de licitações da Prefeitura de Santo Antônio do Pinhal - SP comunica aos interessados que se encontra aberta a Licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO, EM TEMPO REAL, DAS IMAGENS E DADOS ORIUNDOS DAS CÂMERAS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DO ART. 57 DA LEI DE LICITAÇÕES.** Realização: 04/10/2022 às 11:00 horas no Paço Municipal. O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Prefeitura Municipal ou no site www.santoantoniopinhall.sp.gov.br. Maiores informações pelos telefones (12) 3666-1122 / 3666-1918.

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2022 - PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 031/2022

A comissão de licitações da Prefeitura de Santo Antônio do Pinhal - SP comunica aos interessados que se encontra aberta a Licitação para **REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÁS DE COZINHA (GLP) DE 13 KG E 45 KG, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.** Realização: 04/10/2022 às 16:00 horas no Paço Municipal. O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Prefeitura Municipal ou no site www.santoantoniopinhall.sp.gov.br. Maiores informações pelos telefones (12) 3666-1122 / 3666-1918.

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2022 - PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 023/2022. A comissão de licitações da Prefeitura de Santo Antônio do Pinhal - SP comunica aos interessados que se encontra aberta a Licitação para **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSOM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.** Realização: 04/10/2022 às 15:00 horas no Paço Municipal. O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Prefeitura Municipal ou no site www.santoantoniopinhall.sp.gov.br. Maiores informações pelos telefones (12) 3666-1122 / 3666-1918.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Santo Antônio do Pinhal garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.santoantoniopinhall.sp.gov.br Compilado e também disponível em www.santoantoniopinhall.sp.gov.br/diario-oficial.